

O ATIVO INTANGÍVEL E O *FAIR VALUE*:
reconhecimento, mensuração, relacionamento e legalidade

Autoria: Ricardo Augusto dos Santos Ribeiro

RESUMO

Neste artigo procura-se discutir sobre os vários aspectos dos ativos intangíveis, e como é problemático para alguns tipos de entidades a não evidenciação deste tipo de ativo, quando esses representam uma importante parte dos seus ativos totais. O objetivo do autor é confrontar os conceitos de ativos intangíveis e a nova forma de mensuração dos ativos, denominada de valor justo (*fair value*), e como esta pode ser utilizada com as mesmas vantagens e desvantagens para ativos tangíveis como para ativos intangíveis; acrescenta que não existe uma barreira legal para o reconhecimento dos ativos intangíveis, demonstrando que legalmente isso não é estranho à jurisprudência brasileira, que já há algum tempo, e com alguma frequência vem reconhecendo a existência desse tipo de ativo, inclusive exigindo que seja levado em consideração na determinação do valor geral da empresa. Finalizando com um estudo de caso, do impacto financeiro da mudança da política de mensuração do ativo intangível numa empresa pública de tecnologia .

ABSTRACT

This article seek to discuss about several aspects of intangible assets, and how is troublesome to some entities not to disclosure information about this kind of asset, when they represent an important portion of the total assets. Its main contribution is the matching made by the author between the concepts of intangible assets and the new way of measuring assets called fair value, and how it can be used with the same advantages and disadvantages for tangible assets as for intangible assets; it ends showing how is legally non-strange to Brazilian jurisprudence, that for a certain amount of time, and with a certain amount of frequency has been recognizing the existence of this type of asset, actually demanding that it must be considered when determining the general value of a company. Ending with a case study of the financial impact of a change in the intangible asset measuring policy in a technology public company.

INTRODUÇÃO

Uma nova era econômica nasceu com o novo século, a chamada era do conhecimento. Com o advento desta nova era, um problema emergiu: como mensurar os fatores econômicos intangíveis que afetam o valor dos ativos de uma entidade? Mas por que esse é um problema emergido desta nova era? Há muito tempo fatores intangíveis afetam de sobremaneira o valor de um ativo, mas nesta nova era surgiu um tipo de sociedade, que comercializa exclusivamente conhecimento, este tipo de sociedade passou a fazer parte de uma importante fatia da economia, e a atrair um grande número de investidores; portanto a questão sobre os ativos intangíveis aparece, com nova roupagem, com importância ampliada mas com as mesmas dúvidas.

Mas será que o mercado reage a esse novo tipo de empresa? Se positivo, como o mercado reage? Sem dúvida, existe uma reação, como prova as diferenças existentes entre os valores de mercado de uma empresa na bolsa e seus valores contábeis, alguns autores alegam que tal diferença se deve a existência de uma série de novas regras e leis que os mercados obedecem como a *law of increasing returns* (Arthur 1996), que afetariam de sobremaneira o valor mercadológico de uma empresa, onde novas riquezas seriam criadas sem o devido lastro contábil.

Se um fato, ou uma situação, afeta de maneira tal, o valor de um ativo, chegando a distanciar substancialmente seu valor original, do valor real, então isso deve ser evidenciado (devidamente mensurado) nas Demonstrações Contábeis para que elas não se tornem enganosas¹. Um grande número autores (Hendriksen, Kam, Iudícibus, Lopes de Sá, Eliseu Martins, Schroeder, Paulo Schmidt) já tratou sobre a importância da mensuração adequada dos ativos, partindo do seu reconhecimento e finalizando com sua evidenciação. A importância do estudo dos ativos intangíveis reside na necessidade da entidade de demonstrar sua situação atual combinada com sua performance, considerando todos os fatores existentes, sejam tangíveis ou intangíveis, principalmente quando empresas com ativos intangíveis de valores superiores aos tangíveis emergem como uma parte relevante da economia (criação do NASDAQ).

Uma empresa administra não só seus ativos tangíveis, mas também seus ativos intangíveis, logo os índices de retorno sobre ativo, calculados para uma empresa onde os ativos intangíveis representem uma parcela significativa dos ativos totais, estariam ignorando uma parcela importante do cálculo, desta maneira mostrando índices de desenvolvimento diferentes dos reais.

Este artigo tem como objetivo abordar os conceitos inerentes a discussão sobre ativo intangível, tentando agregar valor a discussão existente, assim como reunir o que há de mais novo nessa discussão incluindo a opinião crítica do autor, e iniciar uma nova linha de discussão: Seria o *fair value* a melhor maneira de se mensurar os ativos intangíveis?

Nas próximas seções tratar-se-á sobre o conceito de ativo e suas formas de mensuração, serão abordado os conceitos tradicionais de ativo e as soluções encontradas para determinar seu valor; o ativo intangível e os fatores que o influenciam e os que são influenciados por ele, onde será tratada a nova visão de ativo, como reconhecer este novo fator econômico, e como essa nova força influencia os antigos ativos; o ativo intangível e o *fair value*, como se porta o conceito de ativo intangível frente essa nova forma de mensuração; o ativo intangível frente ao fundo de comércio uma visão legalista, demonstrando como já existe um reconhecimento jurisprudencial para a existência dos ativos intangíveis, finalizando com um estudo de caso

sobre o impacto de uma mensuração dos ativos intangíveis identificados no balanço de uma empresa pública de tecnologia.

METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa foi a de pesquisa bibliográfica. Apesar de assumir a necessidade de uma pesquisa empírica, o assunto ainda é recente, portanto é opinião do autor, que o apanhado da bibliografia em conjunto com as apontações feitas e comparações qualitativas, agrega valor a discussão existente.

Ao final do artigo é feito um estudo de caso sobre o impacto da adoção do critério de reconhecimento do software como ativo intangível, numa empresa pública, o SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados.

O ATIVO E SUAS FORMAS DE MENSURAÇÃO

O ativo é a mola propulsora da entidade, dissertar sobre sua importância é como dissertar sobre a importância do oxigênio à vida humana. Um bem que não tem valor, ou do qual não se espera benefícios futuros, não pode ser considerado um ativo. Segundo o Fasb (órgão normativo contábil americano), *apud* Hendriksen (pág.285), um ativo possui três características essenciais:

- 1- Incorpora um benefício futuro provável que envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta ou indiretamente à geração de entradas líquidas de caixa futuras.
- 2- Uma dada entidade pode conseguir o benefício e controlar o acesso de outras entidades a esse benefício.
- 3- A transação ou o evento originando o direito da entidade ao benefício, ou seu controle sobre o mesmo, já terá ocorrido

Toda entidade contábil tem, pelo menos um objetivo, denominado juridicamente de objetivo social, o qual é a razão principal pela qual a entidade é criada, os ativos são as ferramentas com as quais a entidade pretende alcançar seus propósitos, nem todos os ativos estão relacionados diretamente ao objetivo da entidade, mas todos direta ou indiretamente servem de suporte para tal. De tal raciocínio, em conjunto com o princípio da continuidade², conclui-se que a principal característica de um ativo³ são os benefícios futuros esperados⁴, mas como medir o valor de um ativo? A contabilidade tradicional⁵ criou uma série de métodos de mensuração, todos com suas vantagens e desvantagens.

	VALORES DE ENTRADA	VALORES DE SAÍDA
Passados	Custos históricos	Preços de venda passados
Correntes	Custos de reposição	Preço corrente de venda
Futuros	Custos esperados	Valor realizável esperado

O importante para este artigo é determinar a necessidade de mensuração dos ativos, pois a contabilidade só evidencia aquilo que pode ser expresso monetariamente. Normalmente se vincula o valor de um ativo ao seu custo, seja por ser uma base mais comprovável de determinação, seja pelo valor mínimo esperado de retorno. Mas de tal comportamento surge um questionamento: será que todo ativo igual tem o mesmo valor, independentemente de seu uso? Se isso for verdade, um ônibus que para uma empresa serve apenas para transportar seus funcionários, e que para outra é fonte de receita, teriam o mesmo valor?

É princípio matemático que todo valor numérico pode ser dividido em duas classes básicas relativos e absolutos. Assim também é a importância dos ativos, um ativo pode ter um valor relativo, ou seja, sua importância pode variar de uma entidade para outra influenciando assim seu valor negocial. Mas a contabilidade não pode trabalhar com números relativos, já que se procura comparabilidade, essa discussão é importante, pois concluímos que não basta mensurar um ativo, essa mensuração deve ser corroborada pelo mercado. O valor expresso nas Demonstrações Financeiras deve ser um valor absoluto, aceito por aqueles que gerem a entidade e por aqueles que lêem as Demonstrações.

Tendo como premissa que a principal característica de um ativo é sua capacidade de gerar benefícios futuros, nossa abrangência do que é ativo aumenta, segundo Martins, poderiam figurar no ativo, “todos os recursos humanos, quer os dirigidos para a administração, quer os para a produção de bens ou serviços ou outras funções. São recursos que, caso deles se espera um resultado econômico no futuro, representam itens do ativo da entidade”. Levando a uma forma específica de mensuração de ativos, o valor presente líquido do fluxo futuro esperado, nesse método, trazemos a valor presente, usando uma taxa de juros específica (custo de oportunidade) os valores dos benefícios futuros esperados.

Pode-se concluir que o conceito de ativo como figura econômica, estabeleceu-se como vital para o entendimento das novas empresas, primeiro por sua abrangência e segundo por se tratar de um avanço da teoria contábil. Quando o mercado diferencia uma empresa não só por seus ativos tangíveis, está exercitando uma forma de reconhecimento dos ativos intangíveis, ou seja, sabe-se que os ativos intangíveis existem, a questão é como mensurá-los, o que os influencia e o que é influenciado por eles.

O ATIVO INTANGÍVEL E OS FATORES QUE O INFLUENCIAM E OS QUE SÃO INFLUENCIADOS POR ELE

Imagine o caso de uma pequena cidade, onde duas pessoas comprem no mesmo dia a mesma marca de máquina de fazer pipocas, a qualidade do produto é semelhante, porém um deles é mais tímido do que o outro, os dois começam a trabalhar no mesmo dia, no final de um ano, ao se comparar os resultados obtidos tem-se uma disparidade: o rapaz tímido vendeu 40% menos que o outro.

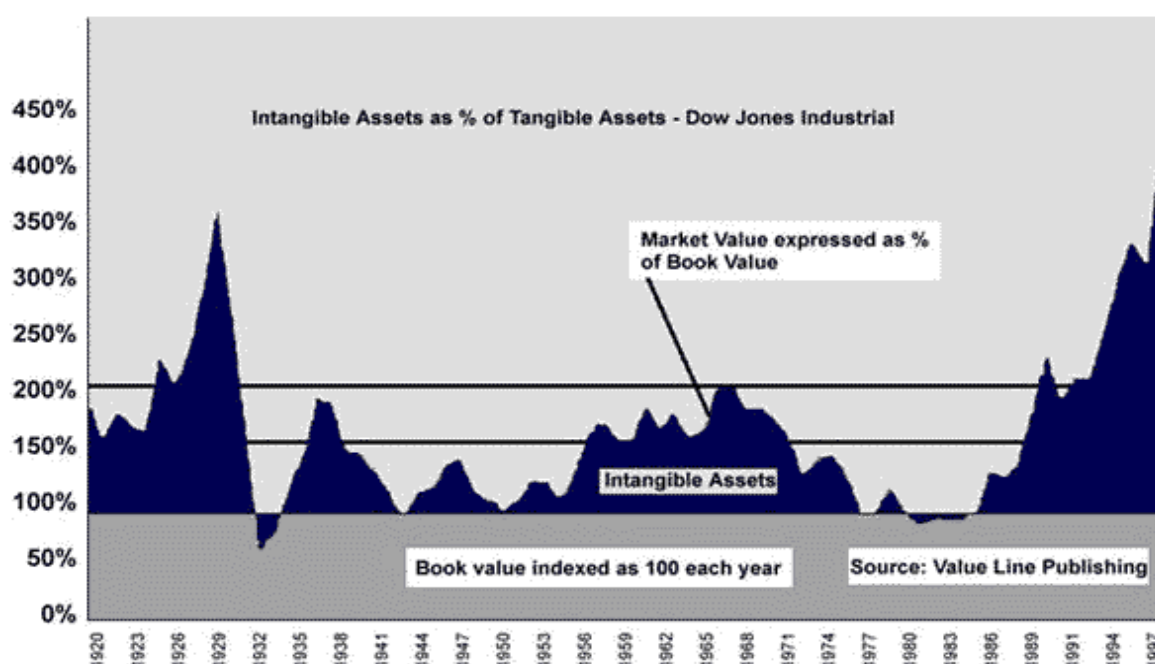
Apesar de um mero exemplo, a curta história espelha uma verdade: do mesmo ativo, na mesma região pode-se esperar comportamentos diferentes. Mas, qual é a diferença entre os dois vendedores? Uma série de fatores intangíveis (psicológicos e sociais), que refletem o comportamento comercial e a performance financeira do ativo em questão.

Da mesma maneira e em proporções diferentes, todas as entidades são afetadas por questões incorpóreas, o ativo intangível é mais fácil de reconhecer do que mensurar. Uma entidade

racional toma suas decisões esperando retorno, então quando se prepara um elaborado plano estratégico de contratação de recursos humanos, faz-se isso com o intuito de se obter benefícios futuros. Então todos os processos de uma empresa seriam ativos, já que de todos se espera benefícios futuros?

Não. Faz-se necessário que exista uma influência econômica por parte deste processo, que a este processo seja agregado um valor, que ele possa ser negociado, para que se possa considerá-lo um ativo intangível, é necessário que ele passe em alguns testes de reconhecimento, como é definido pelo Fasb.

Em algumas empresas é mais fácil reconhecer os efeitos dos ativos intangíveis. No caso, de empresas meramente profissionais com ações negociadas em bolsas pode-se ter uma base real para a identificação destes ativos.



Fonte: Sveiby

O professor SVEIBY em 1998 realizou um estudo comparativo entre os valores contábeis e os valores de bolsa de várias empresas e apesar da discussão sobre os ativos intangíveis ser relativamente recente, ele chegou a conclusão de que pode se rastrear seu efeito até o início das negociações em bolsa.

A contabilidade não serve para mensurar o valor de uma empresa, mas o fato de haver uma discrepância entre os valores dos ativos de uma empresa e seu valor negocial num nível que supera a expectativa de ágio é evidência de que existe uma expectativa de benefícios futuros relacionada a esses itens incorpóreos possibilitando assim sua mensuração, e se pode ser mensurado, por que não evidenciá-lo?

Muitos argumentam que a contabilidade não é o instrumento adequado para o reconhecimento de ativos intangíveis, nessa linha de raciocínio, predominante entre os elaboradores de normas, os ativos intangíveis somente devem ser reconhecidos quando provindos de negociações, quando, então podem ser vinculados a um valor histórico, que seria nesse caso o igual ao valor de mercado.

É lógico que quando se fala em ativos intangíveis, não se deve tratá-los como se existisse apenas um tipo; patentes, marcas, contratos futuros, garantias, monopólios, incentivos governamentais, todos são exemplos de ativos intangíveis. Mas Quais fatores influenciam o valor de um ativo intangível? Se uma empresa possui uma marca com mais de vinte anos de existência no mercado, e decide vendê-la, qual valor exigir?

Poderia se utilizar o método do valor presente dos fluxos futuros, mas será que o comportamento dos benefícios futuros em outra entidade é o mesmo na entidade de origem, fatores como estrutura de distribuição, abrangência nacional de campanhas de marketing, garantias oferecidas, influenciam no comportamento dos fluxos futuros, a própria existência de outros produtos da mesma empresa é um fator que influencia nesse comportamento, segundo Reis “o somatório dos valores individuais não necessariamente conduz ao valor global dos ativos porque pode existir algum efeito positivo ou negativo em função da coexistência deles”

Partindo dessa premissa, pode-se afirmar que o melhor método para mensurar tal valor, é calcular o comportamento dos benefícios futuros esperados daquele ativo, na empresa compradora, tentando prever o comportamento daquele ativo intangível no novo ambiente. Será que outros ativos intangíveis têm influência sobre o valor de um ativo tangível? Analisando seu valor relativo para a entidade a resposta seria positiva⁶, existem fatores incorpóreos que afetam a importância de um ativo tangível, analisando os valores absolutos do ativo para o mercado, é muito difícil que se altere, a não ser que haja uma mudança quantitativa nos valores dos benefícios futuros esperados, mesmo assim não existe previsão para alteração do valor de um ativo em consequência de fatores incorpóreos. A influência dos ativos intangíveis só pode ser reconhecida quando existe uma consequência econômica, na verdade o próprio Fashb, definiu que para se reconhecer um ativo intangível é necessário que exista a possibilidade de estimativa dos Benefícios Futuros (*Clearly identifiable cash flow*).

Ainda hoje existe uma grande dificuldade pela contabilidade financeira tradicional⁵, de assumir a necessidade de mensurar os aspectos econômicos intangíveis que afetam o valor dos ativos devido a dificuldade de mensuração confiável e da determinação de sua vida útil. Uma exceção, são os ativos intangíveis que possuem um mercado de negociação estabelecido, como os contratos futuros de compra e venda. Nesse caso os valores são de fácil determinação e se confundem inclusive com o conceito de valor justo (*fair value*), tema da próxima seção.

O ATIVO INTANGÍVEL E O *FAIR VALUE*

Segundo Foster e Upton⁷ existem cinco princípios práticos ao mensurar um valor através do *Fair Value*:

1. Não deixe nada de fora, (mas veja o item 5) “*Don’t leave anything out. (But see item 5.)*”
2. Use presunções consistentes e não conte a mesma coisa repetidamente. “*Use consistent assumptions and don’t count the same thing twice.*”
3. Não interfira na escala. “*Keep your finger off the scale.*”
4. Prefira como objetivo uma média do que um mínimo ou um máximo “*Aim for the average of a range, rather than a single most likely, minimum or maximum amount.*”
5. Não Invente nada que você não saiba “*Don’t make up what you don’t know.*”

O *Concepts Statement 7* definiu valor justo (*fair value*), como sendo o valor pelo qual uma mercadoria seria vendida e comprada por duas partes em acordo, esse é um ponto crítico de discussão quando se trata de ativos tangíveis, imagine quando analisado sob a perspectiva do ativo intangível, cujo o próprio valor é discutido.

Porém se houvesse a possibilidade de, com um grau de segurança, estabelecer qual é o valor justo de um ativo intangível, talvez fosse possível ultrapassar a barreira da mensuração ser efetuada apenas quando ocorrer uma negociação. A maior dificuldade de se estabelecer o valor justo de um ativo tangível, se concentra no fato de que para tanto, é necessário partir de uma série de presunções, com o objetivo de emular uma realidade onde existiria um mercado organizado para aquele ativo que está sendo avaliado.

Podemos afirmar que as dificuldades são as mesmas para um ativo intangível que não seja negociado em um mercado organizado. Mas na prática a separação entre ativo intangível e ativo tangível é muito complicado, como fica demonstrado no exemplo a seguir, adaptado do artigo de Foster e Upton⁷.

Imagine uma situação onde uma empresa queira mensurar, para fins de Demonstração Contábil, o valor justo de seu escritório, que trabalha como Marina, estabelecido numa rica área da cidade.

Ao requisitar os cálculos para a administração recebe-se como retorno um valor presente dos fluxos futuros esperados de \$ 500.000, porém ao analisarmos recentes negociações ocorridas na área, concluímos que se vendêssemos o escritório, seu valor imobiliário (terreno, prédio e equipamentos) seria de \$ 1.000.000, nesse exemplo qual seria o valor justo?

Podemos, nesse caso, delinear duas possibilidades:

Possibilidade 1: A administração ao determinar o valor presente dos fluxos futuros operacionais, não considerou o valor da venda residual, com isso, e se considerarmos que o valor presente da venda residual é de \$ 1.000.000 (valor arbitrado), teríamos que o valor total do fluxo futuro de utilização da marina seria \$ 1.500.000;

Possibilidade 2: Caso a administração, tenha considerado o valor da venda final, então o cálculo chegou a conclusão de que a marina geraria um fluxo negativo de caixa, cujo valor presente seria de \$ - 500.000, resultando num valor final líquido de \$ 500.000;

Resposta: É necessário que se determine qual é o ativo que está se mensurando, no caso: terrenos, prédios e equipamentos, então o valor justo seria de \$ 1.000.000, na possibilidade 1: o valor de \$ 1.500.000, inclui um tipo de *goodwill*, o qual não deve ser reconhecido na referida conta, na possibilidade 2: o valor de (\$-500.000) não preenche os requisitos de um passivo, portanto não pode ser mensurado nas Demonstrações Contábeis, devemos deixar bem claro que o valor justo é o de “terrenos, prédios e equipamentos”.

Agora imagine um exemplo diferente do oferecido pelos autores.

Uma empresa quer mensurar, para fins de Demonstração Contábil, o valor de seu escritório, que trabalha como Marina, e que está situado numa área onde estão estabelecidos vários outros escritórios da mesma espécie e que oferecem o mesmo serviço com a mesma qualidade.

Ao requisitar um cálculo do valor presente dos fluxos futuros esperados à administração, obtém-se como resposta o valor de \$ 500.000, porém ao analisarmos o mercado local, verificamos que ocorreram várias operações de compra e venda de escritórios do mesmo tipo, e com base nessas operações chegamos ao valor de \$ 1.000.000.

Nesse exemplo, o valor de \$ 1.000.000, é o valor justo não do “terreno, prédio e equipamentos”, e sim das operações, incluído os ativos intangíveis. A empresa decide evidenciar nas suas Demonstrações Contábeis o valor em separado dos ativos tangíveis, pelo método do custo histórico, e utilizar uma conta em separado com o nome de “fundo de comércio”, para ajustar o valor da conta para que evidencie \$ 1.000.000.

É lógico que fatores como número de vagas oferecidas na marina, quantidade de empregados, tempo no mercado, entre outros devem ser considerados quando se fizer o cálculo do segundo exemplo, da mesma maneira que a área do terreno, qualidade do material utilizado no prédio, idade dos equipamentos, entre outros devem ser considerados no cálculo do valor justo dos ativos tangíveis do primeiro exemplo. A complexidade de cálculo é a mesma.

Agora analisemos os dois exemplos, percebe-se que foi utilizado o mesmo método de mensuração, a diferença é que o primeiro foi utilizado para determinar o valor de um ativo tangível e outro para determinação do valor de um ativo intangível, mas se considerarmos esse um método válido para mensurar ativos, e se consideramos que o reconhecimento do ativo intangível é questão resolvida, então conseguimos concluir que é possível a mensuração dos ativos intangíveis através do método do valor justo.

É lógico que hoje em dia existem barreiras para a mensuração de ativos intangíveis pelo método do valor justo, a principal delas é a proibição pelas regras e padrões contábeis (GAAP's) da evidenciação de valores de ativos intangíveis quando não provindos de uma negociação.

Mas se o objetivo do método do Valor Justo é tentar determinar, com um certo grau de confiança, o valor de um ativo quando imerso num mercado organizado, então poderíamos concluir que os valores provindos deste método é o mesmo provindo de uma negociação, portanto, passível de reconhecimento.

Essa não é uma conclusão recente Craig Schneider publicou no “CFO.com” no dia 29 de junho de 2001 o artigo “***Intangibles Revealed Once you identify them, how much will the fair value assessments cost?***” (Intangíveis Revelados Uma vez identificados quanto será o custo de avaliação do valor justo?), onde trata sobre os testes de verificação, exigidos pelo FASB para a evidenciação e amortização de ativos intangíveis.

E quando tais ativos intangíveis fazem parte de uma sociedade que é eminente de conhecimento, essa possibilidade se transforma em uma necessidade, no momento em que os ativos totais da empresa se distanciam da sua real posição financeira dentro da empresa.

O ATIVO INTANGÍVEL X FUNDO DE COMÉRCIO

Esta tem como objetivo primário demonstrar que mesmo a contabilidade tradicional⁵ pode mensurar os ativos intangíveis em suas Demonstrações Contábeis com um respaldo jurídico. O fundo de comércio é um assunto que é abordado tanto pela Teoria contábil como pela teoria jurídica, trata-se do valor de uma empresa como um todo, englobando os ativos tangíveis e intangíveis.

"Deve ter-se em conta que embora o estabelecimento esteja constituído de muitos elementos materiais, corpóreos, estes, acrescidos a outros elementos imateriais, constituem um novo bem. Mas o Fundo de Comércio assim formado se apresenta como um bem imaterial, pois os elementos materiais que o compõem têm sua conceituação própria, não perdendo suas características singulares quando incorporadas ao estabelecimento comercial." (REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. vol.1. 23.ed. São Paulo: Saraiva,1998.p. 246)

Segundo Lopes de Sá, Fundo de comércio poderia ser conceituado como o maior valor possível de uma entidade, reunindo tanto os ativos materiais como os imateriais. A jurisprudência brasileira vem consagrando com frequência a existência do Fundo de comércio, e agora menciona também "fundo de empresa".

"A expressão "fundo de comércio" já não é suficiente para caracterizar o complexo de bens, materiais e imateriais, integrantes do estabelecimento empresarial. Por isso, a doutrina e a jurisprudência promoveram a ampliação conceitual do fundo de comércio para "fundo de empresa", o que possibilitou a abrangência de um maior número de atividades..." (AC nº 9.472/90, 6ª. Câmara do Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro).

Nas ações de saída de sócio, cisão ou falência, e mais recentemente nas ações de sucessão tributária, aos peritos é requisitado um levantamento de valor total, neste estão incluídos os ativos tangíveis e os ativos intangíveis.

Sobre a importância de tal conceito, Marcos *"In primis*, impreterível é o conhecimento sobre Fundo de Comércio. Fundo de Comércio é o conjunto de bens, tangíveis e intangíveis, que agregados compõem e formam uma organização, seja esta de natureza pública ou privada".

A perícia, ramo da contabilidade especializado no atendimento aos pedidos judiciais, e o direito comercial, há tempos debatem sobre a melhor maneira de se mensurar o fundo de comércio. Fazendo uma pesquisa na base de dados "datalegis" (datalegis.inf), em 27 de fevereiro de 2003, entre acórdãos e súmulas do Superior Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, foram encontrados 215 (duzentos e quinze) documentos que continham o termo "fundo de comércio". Apesar de "fundo de comércio" não ser sinônimo de ativo intangível, é composto por uma parcela intangível, havendo o reconhecimento jurisprudencial do fundo de comércio, ocorre também o reconhecimento dos ativos intangíveis.

O fato das empresas desejarem expressar, seus ativos intangíveis, em suas Demonstrações Contábeis é uma questão teórica, o embasamento jurídico serve como lastro das decisões contábeis em frente à sociedade brasileira, fornecendo substância às conclusões encontradas. Porém, é preciso que a classe contábil adquira independência ao discutir sobre assuntos exclusivos de sua área do conhecimento, utilizando o argumento científico; para que prevaleça as conclusões lógicas nas jurisprudências que se referem à seara contábil. Nos Estados Unidos, grande avanço vem sendo feito nesse sentido, inclusive com o SFAS 142, que alterou a regra de amortização dos ativos intangíveis tornando-a mais flexível, um reconhecimento legal de uma questão teórica.

Apesar de não existirem leis citando o reconhecimento dos ativos intangíveis, a jurisprudência também é uma fonte de direito, assim como a doutrina. Desta maneira a contabilidade estaria embasada ao reconhecer e evidenciar os ativos intangíveis, já que tal matéria não é novidade

nos tribunais, e as decisões têm sido, em sua grande maioria, pela existência e consideração dos valores intangíveis no valor geral da empresa.

ESTUDO DE CASO - SOFTWARE

O software é um conjunto de comandos escritos em uma linguagem específica que pode ser traduzida para linguagem de máquinas. São comercializados dois tipos de softwares o personalizado e o pacote. Os softwares personalizados são aqueles escritos para um tipo de cliente, e não pode ser utilizado por outro; já o pacote é um tipo mais universal de software comercializado através de licenças.

No caso de softwares personalizados fica impossível a aplicação do método de *fair value* para mensurar seu valor, isso decorre do fato que softwares personalizados nunca estarão imersos em um mercado competitivo, já que existe apenas um cliente para cada software criado; no caso do cliente desejar comprar o software em sua totalidade, a empresa criadora deverá fazer um estudo de viabilidade econômica da venda; e uma maneira de se fazer isso é calcular o valor presente dos fluxos futuros de benefícios, que é uma forma aceitável de se mensurar um ativo, e como este valor é tomado como base de negociação para um valor de venda, este seria o valor justo de tal ativo, e qualquer valor a maior ou a menor seria considerado ágio ou deságio.

Para se calcular o valor presente dos fluxos futuros de benefícios é necessário se determinar três variáveis: o valor dos benefícios, a taxa esperada de inflação e o por quanto tempo se espera tais benefícios.

O SERPRO é uma empresa pública do governo federal, uma empresa de tecnologia que produz softwares personalizados; em dezembro de 2002 possuía um Patrimônio Líquido que totalizava R\$ 359.106.913,70, sendo que apenas as reservas de lucros significavam R\$ 175.354.989,62. Seu objeto social é prestar serviços na área de informática, seus principais produtos são sistemas, entre eles: SIAFI, SISCOEX, SIAFEM e todos os sistemas da Receita Federal, e seus principais clientes o a Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria da Receita Federal, estes sistemas produziram em 2002 uma receita anual total de R\$ 838.630.102,76 e específica de serviços de R\$ 494.366.292,56 e em 2001 R\$ 499.275.432,35 e lucros de R\$ 43.132.658,63 e 34.265.461,51, as receitas do SERPRO possuem um comportamento padrão, principalmente por derivarem de contratos com o governo os quais dependem de dotação orçamentária, que obedecem o plano plurianual de investimentos com duração de quatro anos; o valor é negociado direto com os órgãos clientes. Outra característica dessas receitas (de serviços) é que elas se referem apenas ao produto em si, isso se deve ao fato das despesas com pessoal serem pagas diretas pelo governo federal e esse valor ser abatido dos totais dos contratos.

No Balanço Patrimonial de 2002, o ativo permanente total do SERPRO totalizava R\$ 181.728.830,19, deste total apenas R\$ 2.093,73 se referiam a bens intangíveis, se calculássemos o retorno sobre ativo permanente em percentual teríamos 23,73%, isso se considerarmos o lucro líquido, se considerarmos a receita bruta teríamos 461,47%. Em nenhum local do ativo existe uma conta para refletir o valor dos sistemas possuídos pela entidade, a microsoft, por exemplo, também uma empresa de tecnologia, possuía em 2001 um total de quatrocentos e um milhões de dólares que se referiam à ativos intangíveis líquidos.

Como as receitas de serviços já desconsideram o valor pago a pessoal, principal custo da obtenção do fluxo financeiro derivado de software, podemos considerá-las como valor líquido

do fluxo de benefícios, as outras despesas contidas na DRE são despesas indiretas de produção, então para calcularmos o valor presente do fluxo futuro de benefício podemos considerar o valor de R\$ 490.000.000,00 como valor líquido do fluxo.

1ª etapa do cálculo

Valor do fluxo futuro de Benefício: R\$ 490.000,00

A previsão de inflação do governo, constante do relatório de inflação do Banco Central de março de 2003⁸, para o ano de 2003 é de 10,8%, e para 2004 de 4,1% ficando então constante o qual será considerado no cálculo como fator de inflação do período.

2ª etapa do cálculo

Taxa de inflação do período: 10,8% para o primeiro ano e 4,1% para os anos subsequentes

O SERPRO possui uma estrutura de pesquisa e desenvolvimento ininterrupta, isso quer dizer que novas versões dos produtos são constantemente preparadas, para estabelecermos então o tempo de expectativa de benefícios futuros poderíamos analisar o passado da empresa, mas como o cenário de revolução de tecnologias na área de TI é constante; seria um contra-senso usarmos tal padrão. A vida útil de um sistema é relativo, pelo fato de que softwares são como soluções para um determinado problema, teoricamente enquanto o problema persistir com os mesmos parâmetros, não é necessária alteração do sistema, prova disso foram os sistemas bancários que criados na década de sessenta, somente foram reformulados à véspera da virada do século por uma necessidade imperiosa.

Como o SERPRO trabalha para o governo federal, que obedece o plano plurianual, no pior cenário possível, os sistemas poderiam ser substituídos em seis anos. Nos quatro próximos anos não está previsto nenhuma mudança de sistemas para o governo federal; após este tempo, numa mudança de administração existe a possibilidade de uma decisão administrativa que exigisse a substituição dos atuais sistemas por equivalentes de outras empresas, mesmo assim o tempo mínimo previsto para a criação de sistemas equivalentes seria de dois anos, o que totalizaria um tempo mínimo, no pior cenário de seis anos.

3ª etapa do cálculo

tempo esperado de benefícios: 6 anos

4ª etapa do cálculo

execução:

ano	Inflação prevista	Índice	valor do ano	valor em índice
		1,00		
2003	10,80%	1,11	R\$490.000.000,00	442.238.267,15
2004	4,10%	1,15	R\$490.000.000,00	424.820.621,66
2005	4,10%	1,20	R\$490.000.000,00	408.088.973,74
2006	4,10%	1,25	R\$490.000.000,00	392.016.305,22
2007	4,10%	1,30	R\$490.000.000,00	376.576.662,08
2008	4,10%	1,35	R\$490.000.000,00	361.745.112,47

valor presente do fluxo futuro: R\$ 2.405.485.942,31

IMPACTO NO BALANÇO

Ativo Permanente do SERPRO em 2002, sem o valor dos ativos intangíveis: *em R\$*

ATIVO PERMANENTE	181.728.830,19
INVESTIMENTOS	9.893.766,29
IMOBILIZADO	171.261.569,71
Bens imóveis	81.268.577,81
Bens Móveis	241.909.929,65
Bens Intangíveis	2.093,73
Depreciação Acumulada	(181.610.801,57)
Correção Monetária IPC/90	29.691.770,09
DIFERIDO	573.494,19
Projetos e Softwares*	2.867.472,75
Amortização	(2.293.978,56)

Fonte: Balanço do SERPRO

*Relativos a pesquisa e desenvolvimento

Ativo Permanente do SERPRO em 2002, com o valor dos ativos intangíveis: *em R\$*

ATIVO PERMANENTE	2.587.214.772,50
INVESTIMENTOS	9.893.766,29
IMOBILIZADO	2.576.747.512,02
Bens imóveis	81.268.577,81
Bens Móveis	241.909.929,65
Bens Intangíveis	2.405.488.036,04
Depreciação Acumulada	(181.610.801,57)
Correção Monetária IPC/90	29.691.770,09
DIFERIDO	573.494,19
Projetos e Softwares*	2.867.472,75
Amortização	(2.293.978,56)

Fonte: Balanço do SERPRO acrescido dos cálculos

*Relativos a pesquisa e desenvolvimento

O valor do ativo permanente salta de R\$ 181.728.830,19 para R\$ 2.587.214.772,50, este aumento se refere ao simples fato de que pela segunda metodologia a entidade teria seus ativos produtores evidenciados monetariamente no balanço. Os efeitos dessa evidenciação começam pela análise estratégica da empresa pelo governo: ao não evidenciar seus ativos intangíveis no seu balanço a entidade corre o risco de não ter todo seu valor estratégico considerado; outro efeito é orçamentário: a empresa ao evidenciar seus ativos intangíveis teria uma facilidade maior de justificar investimentos em manutenção da sua capacidade de produção e atendimento evidenciada pelos ativos intangíveis; outro efeito é mercadológico: numa eventual decisão de abertura do capital da empresa para uma bolsa de negociação, a empresa seria melhor avaliada, logo, teria maior facilidade de atrair investidores, evidenciando o real valor dos seus ativos.

É preciso esclarecer que o objetivo deste cálculo, não é a precisão, e sim demonstrar um impacto da adoção de um critério de evidenciação dos ativos intangíveis num balanço de uma empresa de tecnologia, questões como: custo de oportunidade, proporção do lucro e inflação específica; foram ignoradas para simplificação do cálculo e um melhor entendimento do impacto do conceito de ativo intangível. Os clientes da entidade são reservados por lei, e a lógica aplicada ao fluxo futuro de benefício também é válida para o mercado (*market share*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo tratou-se sobre os conceitos de ativos, a abrangência do reconhecimento de um ativo em decorrência do seu conceito, como valor econômico ligado aos benefícios futuros, foi analisado o método de avaliação de ativo, *fair value*, como uma possível maneira de se mensurar os ativos intangíveis, e concluiu-se com uma análise da posição jurídica sobre o conceito de ativo intangível, como fundo de comércio.

É necessário o início de uma discussão sobre a validade de aplicação de um método prático para o reconhecimento e mensuração do ativo intangível, devido sua importância e seu crescente papel de agente econômico ativo na nova sociedade do conhecimento. É necessário que se chegue a uma conclusão sobre a melhor maneira de mensurá-lo, antes que seja definido por uma lei e que aspectos teóricos sejam relevados fazendo com que a forma prevaleça sobre a essência.

O método de mensuração: valor justo, é o que mais se aproxima de uma maneira equitativa para mensuração de ativos tangíveis e intangíveis, quando utiliza como base para mensuração fatores subjetivos, como a criação de uma realidade de mercado na qual deve-se inserir o ativo objeto. A complexidade e a dificuldade de implantação e aceitação de tal método são evidentes, à medida que este contraria a legislação vigente, porém ao interpretarmos as leis poderemos nos confrontar com novos paradigmas, principalmente quando fica provado que estes paradigmas já existem e são utilizados por nossos juristas na confecção de pareceres e decisões.

A necessidade de adoção de um critério de evidenciação dos ativos intangíveis, fica clara ao estudarmos os efeitos que tal critério teria numa empresa pública de tecnologia. Com um aumento do valor do ativo em mais de dois bilhões de reais a relevância do estudo e o impacto da decisão ficam demonstrados monetariamente. Existe também a questão da exigência legal, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, afirma que entre os direitos básicos do cidadão brasileiro, está o direito a informação.

Teoricamente o *valor justo* é um método aceito para a mensuração de ativos, por considerar o ativo como agente econômico produtor de valor para a empresa, a adoção deste como um método de mensuração no Brasil, passa não só por uma reformulação legal, mas também por uma reformulação de mentalidade da classe contábil, passando de uma visão histórica da contabilidade, para uma visão econômica, com o intuito de melhor informar aos seus usuários.

Se um método de mensuração é aceito para os ativos tangíveis, também é utilizável em ativos intangíveis, já que o conceito de agente econômico ultrapassa a barreira da tangibilidade. Sobre a barreira legal, o conceito de ativo intangível já existe e já é reconhecido pela jurisprudência brasileira, faltando apenas procedimentos contábeis para seu reconhecimento, mensuração e evidenciação, aqui se propõem o valor justo (*fair value*) para realizar tal tarefa.

REFERÊNCIA

- ARRIGONI, Fernando J; NOSSA. Valcemiro. Uma breve reflexão sobre o “Goodwill” e sua respectiva contabilização. Revista Enfoque – Reflexão Contábil. 1999.
- FERNANDES, Tânia Maria da C. B. Machado. *Ativo e sua mensuração*. Caderno de Estudos, Fipecafi. 1998.
- FOSTER, J. M. N., Upton W. S. *Measuring Fair Value*. Fevereiro de 2000. FASB. Understanding the Issues. V. 3 S. 1.
- GOULART, André Moura Cinta. *O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado*. Revista de Contabilidade & Finanças-USP. 2002. p.56-65.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. *Teoria da Contabilidade*. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 256:408.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. p.129:144.
- KAM, Vernon. *Accounting Theory*. 2d. New York: John Wiley & sons, 1990. Capítulos 3, 4, 5 e 9.
- KING, Kevin. *The Value of Intellectual Property, Intangible Assets and Goodwill*. Out. 2001. Disponível em: <http://www.derwent.com/ipmatters/features/ipvalue.html>.
- MARCOS, Haneron Victor. *O Fundo De Comércio Nas Sucessões Tributárias*, jul. 2001. Disponível em: <http://www.apriori.com.br/artigos/prelo/195145319.htm>.
- MARTINS, Eliseu. *Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível*. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1972.
- MARTINS, Eliseu. *Avaliação de Empresas: Da mensuração contábil à Econômica*. Caderno de Estudos, Fipecafi. 2000.
- MARTINS, Eliseu. *Avaliação de Empresas: Da mensuração contábil à Econômica*. São Paulo: Atlas, 2001.
- NASDAQ. Nasdaq.com. **NASDAQ NEWS**. New York, 2003 at: <http://www.nasdaq.com>.
- NIYAMA, Jorge et alii – *Princípios Contábeis Europeus e brasileiros – uma abordagem comparativa*. Revista UnB Contábil. Volume 2, n. 1. Primeiro semestre 1999.
- NIYAMA, Jorge Katsumi e GOMES, Amaro Luiz. *Contabilidades de Instituições Financeiras*. Ed. Atlas, 2000.
- REIS, Ernando A.dos. *Aspectos da Depreciação de Ativos sob a Ótica da Gestão Econômica* Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1997.
- REIS, Ernando A.dos. *Valor da empresa e resultado econômico em ambientes de múltiplos ativos intangíveis: uma abordagem de Gestão Econômica*. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2002.
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*. vol.1. 23.ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 246.
- SÁ, A. Lopes. *Ativo Intangível e Potencialidades dos Capitais*. www.contato.cnt.br. Data da consulta: 01/11/2002.
- SAKURAI, Michiharu. *Gerenciamento Integrado de Custos*. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1997.
- SCHROEDER, Richard G.; CLARK, Myrtle W. *Accounting Theory*. Sixth Edition. John Wiley & Sons, 1998. p. 271-324.
- SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. *Avaliação de Ativos Intangíveis*. São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Avaliação Patrimonial em contabilidade a Valores de Entrada e de Saída*. Caderno de Estudos FIPECAFI/FEA/USP.

SVEIBY, Karl-Erik. "Measuring Intangibles and Intellectual Capital - An Emerging First Standard"; Internet version Aug 5, 1998.

¹ Segundo o ARS Nº 1 “As demonstrações Contábeis devem evidenciar tudo que for necessário para não torná-las ‘enganosas’”

² Inciso II do artigo 3º da Resolução 750 do Conselho Federal de Contabilidade

³ O ativo, segundo MARTINS, é o resultado futuro esperado de um agente econômico

⁴ Para se trazer a um valor presente um valor futuro, ou vários, trabalha-se com algumas variáveis: período, taxa, valor(es) estimado e valor residual. Todos esses valores são estimativas, subjetividades, nenhum deles está imbuído de certeza.

⁵ Aqui considerada, a contabilidade que ignora a Teoria Contábil em detrimento da legislação.

⁶ Como defendido, brilhantemente por REIS, Ernando A.dos. Valor da empresa e resultado econômico em ambientes de múltiplos ativos intangíveis: uma abordagem de Gestão Econômica, 2002.

⁷ FOSTER, J. M. N., Upton W. S. Measuring Fair Value. Fevereiro de 2000. FASB. Understanding the Issues. V. 3 S. 1.

⁸ <http://www.bacen.gov.br/htms/relinf/port/2003/03/ri200303c6p.pdf>, “A trajetória central esperada para a inflação acumulada em doze meses situa-se entre 16% e 17% até o terceiro trimestre de 2003. A partir daí, cai fortemente por dois trimestres consecutivos: para 10,8% no último trimestre do ano e para 6,7% no primeiro trimestre de 2004. Nos trimestres seguintes, a inflação acumulada em doze meses permanece em queda, porém mais suave, até atingir 4,1% no último trimestre de 2004.”